

## Súmula da 1ª Reunião da **Comissão Nacional de Acompanhamento**

Aos dias 21 de maio do ano de 2021, pelas 15h30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém em Lisboa, reuniu pela primeira vez a Comissão Nacional de Acompanhamento, do Plano de Recuperação e Resiliência (adiante designado por CNA), presidida pelo Senhor Professor António Costa Silva e os seguintes membros da CNA:

- 1 Professor Doutor Álvaro Fernando de Oliveira Costa,
- 2 Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues, Professor João Abel Peças Lopes,
- 3 Eng. José Manuel dos Santos Fernandes,
- 4 Professora Doutora Maria Júlia Fonseca Seixas,
- 5 Professora Doutora Maria Manuela Magalhães de Albuquerque Veloso,
- 6 Eng. Rogério dos Santos Carapuça,
- 7 Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Eng. Joaquim Bastos e Silva, em representação do Governo Regional dos Açores,
- 8 Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Pedro Calado, em representação do Governo Regional da Madeira,
- 9 Eng. José Maria Costa, Presidente da Comissão Interministerial do Alto Minho em representação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da própria Comissão Interministerial do Alto Minho,
- 10 Sra. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Dra. Carla Tavares em representação da Área Metropolitana de Lisboa,
- 11 Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, Dr. Armando Vieira,
- 12 Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, professor Dr. António Magalhães da Cunha,
- 13 Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro Dr.ª Isabel Damasceno,
- 14 Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Arquiteta, Teresa Almeida,

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr. António José Ceia da Silva,

Presidente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Prof. Dr. José Apolinário,

Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, Dr. António Saraiva,

Secretário-Geral da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, Eng. Luís Mira,

Presidente da CTP - Confederação do Turismo Português, Dr. Francisco Calheiros,

Presidente da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Eng. João Vieira Lopes,

Secretário-Geral da UGT - União Geral de Trabalhadores, Dr. José Cordeiro,

Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, Dr. João Barreiros,

Presidente do CSISP - Conselho dos Institutos Superiores Politécnicos, Prof. Pedro Dominginhos,

Professor José Manuel Mendonça do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação,

Padre Lino Maia, da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade,

Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Augusto Lopes de Lemos,

Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luis Alberto Silva,

Senhor Conselheiro Prof. Doutor José Reis como representante do CNADS,

Presidente da Confcoop - Confederação Cooperativa Portuguesa, Dr. Rogério Cação.

Estiveram, também, presentes como convidados o Presidente e Vice-presidente da Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", respetivamente, Dr. Fernando Alfaiate e Dr. Mário Rui da Silva.

O Professor António Costa Silva, começou por saudar todos os participantes, tendo de seguida proposto a organização da CNA, envolvendo a criação de uma comissão permanente e de cinco comissões especializadas nas seguintes áreas temáticas:

1. Comissão para os Assuntos Sociais
2. Comissão do Território, com natureza transversal, que englobará as CCDR, Regiões Autónomas, ANMP, ANAFRE e outros membros com intervenção no território e que terá também uma interação com as políticas sociais;
3. Comissão Economia e Empresas, que fará o acompanhamento dos apoios às empresas no âmbito da capitalização e inovação empresarial, das agendas mobilizadores e dos projetos como a descarbonização da indústria e transição energética;
4. Comissão Digital;
5. Comissão para a Transição Energética e Climática.

Iniciou-se o período de discussão, onde foram apresentadas sugestões/ comentários pelos membros da CNA, no seguinte sentido:

- As reuniões extraordinárias devem poder ser convocadas com um período de antecedência inferior aos 10 dias referidos no 7º artigo, nº 3 do regulamento;
- No 12º artigo, a redação necessita de ser melhorada, dado que no nº 3, não é muito explícito no que diz respeito à Comissão Permanente. Não se explicando muito bem o âmbito da comissão;
- concordância com a criação das 5 comissões, com 2 eleitos por cada comissão. Contudo deve-se ter o cuidado para que as comissões não sejam demasiado especializadas e o foco seja muito restritivo face à realidade matricial do PRR;
- As próximas reuniões devem ocorrer com a possibilidade de participação online, recorrendo a plataformas digitais.

O Sr. Presidente da CNA, responde que um dos objetivos desta primeira reunião era exatamente ouvir a opinião de todos os membros para se elaborar posteriormente uma proposta que integre os vários contributos. Para tal propõe-se criar um modelo mais flexível em relação às comissões especializadas.

No que diz respeito à divulgação de informação, referenciou a necessidade de o Portal da transparência ser claro, de fácil acesso e com informação completa e atualizada.

Alertou ainda os restantes membros da CNA para a necessidade de uma implementação rápida dos investimentos e subinvestimentos do PRR, dado que terão de estar concluídos até junho de 2026.

Em relação à antecedência de agenda das reuniões da CNA, o Sr. presidente mostrou abertura para maior flexibilidade na marcação das reuniões extraordinárias.

Concordou em absoluto com as reuniões *online*, transmitindo que tem o seu próprio modelo desenhado, mas que pretende primeiro ouvir todos os membros e na próxima reunião da CNA irá propor um modelo de funcionamento.

O Dr. Luis Mira da CAP deixou a preocupação da CAP que face à periodicidade semestral das reuniões e ao tempo curto para implementação dos investimentos do PRR, seria importante a elaboração de uma matriz mensal de monitorização interna na CNA, para que os seus membros possam acompanhar de perto os pilares e linhas de candidaturas do PRR. Continua advertindo, “É tudo muito rápido, muito pouco tempo e muito dinheiro, é necessário muita ação para o processo se desenvolver”, pelo que urge a criação de métodos que permitam a divulgação de informação de forma ágil.

O Sr. Presidente da CNA respondeu dizendo que a CNA é muito importante e refere que esta é uma estrutura de acompanhamento do PRR e que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), cujo presidente é o Dr. Fernando Alfaiate, será a estrutura que a irá executar, pedindo ao Dr. Fernando Alfaiate que fale e explique as obrigações que Portugal tem de cumprir, nomeadamente em matéria de indicadores de resultado.

O Dr. Fernando Alfaiate recordou que a negociação com a Comissão Europeia (COM), ainda está em curso. Saliu ainda as diferenças significativas do PRR em relação aos procedimentos habitualmente aplicados aos Fundos Estruturais:

- No PRR os investimentos e subinvestimentos estão pré-definidos e contratualizados com a COM, assim como as respetivas metas e marcos;
- Os pagamentos a Portugal só serão efetivados em sequência do cumprimento dos marcos e metas contratualizados. Há um primeiro adiantamento da COM a PT numa percentagem de 13%; todos os subsequentes desembolsos, numa frequência semestral, dependem do cumprimento das metas e marcos associados à implementação das reformas e dos investimentos;
- Atento o curto prazo para a implementação do PRR, foram encurtados os níveis de intermediação, pelo que haverá uma contratualização direta da Recuperar Portugal com os beneficiários (diretos e intermediários). Todo o sistema de contratualização e acompanhamento será desmaterializado e permitirá recolher toda a informação de suporte à gestão, à monitorização, ao

acompanhamento, à prestação de contas à Comissão Europeia, aos órgãos de governação e às atividades de avaliação, auditoria e controlo.

- Os indicadores de acompanhamento/ resultado estarão disponíveis no *website* do PRR e no Portal da Transparência.

O Sr. Presidente da CNA, refere que é importante existir um ponto focal na EMRP, para cada uma das 5 Comissões, de modo a haver um acompanhamento mais próximo.

O Dr. Fernando Alfaiate respondeu dizendo que a Recuperar Portugal está ainda numa fase inicial de criação, estando a funcionar atualmente com duas pessoas, ele próprio e o Sr. Vice-Presidente, Dr. Mário Silva. No entanto, refere que é preocupação central criar os mecanismos que venham a ser necessários, para permitir um acompanhamento muito próximo da execução dos investimentos. Todas as agendas merecem uma articulação e acompanhamento de muito perto. A Recuperar Portugal tem esse objetivo que aliás decorre das suas competências de gestão. Realçou a relevância que é o desafio da execução do PRR e para essa concretização estamos todos convocados.

O sr. Presidente da CNA informou que reuniu com Dr. Francisco Assis, Presidente do CES e que foi informado que o CES está a fazer um estudo muito importante (Economia/ Empresas) e que se disponibilizou para colaborar com a CNA.

O Dr. José Apolinário, da CCDR Algarve, referiu que as Comissões Permanentes devem considerar as CCDR como organismos com competências para acompanhar os projetos e que não se deve reduzir as CCDR às comissões territoriais, uma vez que o seu âmbito temático é diversificado e transversal a todas as áreas. Como tal, defende que as CCDR devem estar nas outras comissões e ter acesso a toda a informação. Referiu, a título de exemplo, que a intervenção do IAPMEI, diz também respeito à região do Algarve.

O Senhor Presidente da CNA, responde dizendo que é preciso descentralizar o PRR e desenhar uma matriz e ter o modelo a funcionar.

A Dr<sup>a</sup> Carla Tavares da AML, constata que estão todos em sintonia e que não se deve separar o território em 1, 2, 3, 4... e que existem áreas/ temas que estão muito próximos dos Parceiros Sociais. Referiu que a questão da habitação é uma grande preocupação e que exige um enorme desafio nesta área de intervenção. É urgente criar uma comissão eventual, e que é um enorme desafio concretizar este desígnio que é a habitação.

O Eng. José Maria Costa da CIM Alto Minho, refere que o PRR é um processo em construção, concorda com as 5 áreas de intervenção, mas refere que tem receio da criação de novas comissões, dado que já existem estruturas regionais que são as CCDR. Considera que o fecho do atual QCA, o Novo QCA e o PRR exigem um enorme esforço e

que as áreas sociais estão muito ligadas às autarquias e que cada uma destas comissões pode estar sediada nas CCDR.

O Senhor Presidente da CNA comenta que as sugestões são muito relevantes e que é importante tirar o máximo partido dos vários membros e concorda que as comissões possam ser descentralizadas, mas que é preciso muito cuidado com a informação. Sugere que o Dr. Fernando Alfaiate faça uma apresentação à CNA sobre o que está a pensar desenhar em termos de estrutura. Diz ainda que o licenciamento é um dos temas que a CNA pode ajudar.

O Eng. Joaquim Bastos e Silva Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, em representação do Governo Regional dos Açores, informa que para a RAA, o PRR tem complexidade adicional, dado que as RA têm o seu próprio PRR que representam 5% para cada RA. Transmite que as RA querem acompanhar e estar envolvidas, sem perder a sua autonomia. Informa que a Assembleia Legislativa dos Açores irá acompanhar o PRR.

O prof. José Manuel Mendonça do CNCTI fala do PT2020, do arranque do PT2030, da burocracia, dos procedimentos, do tempo que dispõem, das autorizações sucessivas, realçando que não se deve confundir responsabilização com burocracia, nem com transparência. Lamenta que depois da troika há um acumular de burocracia e que se corre o risco de não se conseguir executar o PRR, referindo que a EMRP e a AD&C são organismos chaves para a resolução deste problema.

O prof. José Manuel Mendonça do CNCTI informa que elaborou um relatório com base num processo de investigação de 6 meses, sobre várias áreas, território, saúde, empresas digitais e outras, o qual foi entregue em fevereiro do ano passado, mas que deve ter ficado na gaveta, porque ninguém lhe ligou. Sugere que a EMRP deve usar os saberes processuais, já existentes, para desburocratizar os processos, retirando-lhes camadas.

O Sr. Presidente da CNA pede ao Dr. Fernando Alfaiate que reaja a esta intervenção.

O Dr. Fernando Alfaiate responde que o relatório mencionado pode ser um ponto de referência para quem vai operacionalizar as agendas mobilizadoras e agradece a predisposição para ajudar.

O Dr. Manuel de Lemos da União das Misericórdias Portuguesas, começou por afirmar que tem mau feitio e que gostava de saber o que vai acontecer no setor social, alertando que há falta de equipamentos sociais, como é o caso das creches e apela ao Dr. Fernando Alfaiate que converse com o setor social.

O Sr. Presidente da CNA justifica que a criação das comissões especializadas pode ajudar na tarefa de articulação e transmissão de informação para o setor social.



A Professora Dr<sup>a</sup> Manuela Veloso solicitou informação sobre a parte essencial do PRR que precisa de analisar no âmbito da sua participação na CNA. De seguida pergunta como está organizado o PRR, como se apoiam projetos e qual a dinâmica de implementação do PRR. Refere ainda que não existe planeamento sem replaneamento, e gostava de saber se o PRR pode ser replaneado. Refere ainda que o Senhor primeiro Ministro disse que vamos ser avaliados sobre a execução do PRR, mas quais são os métodos para identificar o sucesso. Aproveitando ainda as declarações do Senhor Primeiro Ministro, que refere que vamos ter o dobro dos fundos, pergunta como se avalia a capacidade de gerir, como se prepara a sociedade para este pico para cima, como também o pico para baixo, aquando terminar o PRR? Pergunta ainda: Quais os dados? Qual a métrica? Como se avalia o PRR?

O Senhor Presidente da CNA responde dizendo que vai enviar um conjunto de informação sobre o PRR e que o pico da descida pode ser suavizado com a articulação dos 3 instrumentos, PRR, PT2020 e PT2030.

De seguida solicitou a intervenção do Dr. Fernando Alfaiate, que informou que toda a informação sobre PRR está disponível no Portal Mais Transparência, bem como toda a documentação, guia de leitura, documentos, componentes, reformas, investimentos, modelo de governação.

A Dr<sup>a</sup> Isabel Damasceno da CCDR Centro começa por referir que os 3 grandes pilares do PRR, são conhecidos e pergunta se quando o PRR estiver aprovado e for público existirá uma versão resumida. Pergunta ainda se o papel da CNA é meramente de acompanhamento ou se também tem uma missão de escolha dos projetos? Pergunta qual é efetivamente o papel da CNA? Acompanham apenas o que os Ministérios definiram ou podem ser mais participativos.

O prof. Pedro Dominginhos, Presidente do CSISP, refere que o maior problema vai ser a rapidez e enfatiza que o CCP vai continuar a existir. Questiona se existirão recursos humanos necessários para responder em tempo útil aos avisos e às candidaturas futuras. Refere que muitos investimentos não estão pré-definidos e que tem de existir mobilização dos agentes económicos. Estes interlocutores têm de ser chamados à CNA, e que é necessário existir articulação para que no final deste Plano exista um valor económico superior.

O prof. Rogério Carapuça argumentou que existe muita confusão entre a máquina e a supervisão, as CCDR fazem parte da máquina, mas a CNA não substitui a máquina, a CNA é de supervisão. Pedindo aos membros da CNA que têm vários “chapéus” que não confundam o seu papel, enquanto membros da CNA. Sugere que se defina melhor no primeiro artigo qual o papel da supervisão; solicita ainda que se diminua o prazo de reporte, de modo que a CNA possa ter em tempo toda a informação indispensável à

realização da sua análise; que se façam mais reuniões, e, sugere por último, que cada um dos participantes escolha 2 comissões/ áreas, referindo o interesse “Minor” e interesse “Major” e que se envie por email para o Sr. Presidente da CNA.

O prof. José Reis da CNADS defende que a CNA deve dar mais opiniões do que fazer perguntas, mas que há uma questão que terá de ser respondida daqui a 10 anos, quais os assuntos que a CNA ajudou a resolver. Conclui dizendo que se sente muito estimulado de fazer parte da CNA, que é uma Comissão de Acompanhamento e não a máquina.

A prof. Júlia Seixas defende que se deve convergir nas expectativas e solicitou que se clarifique muito bem qual o papel dos membros da CNA para que não se corra o risco de se perderem. Pede um guia do que cada um tem de fazer.

O prof. Carlos Farinha Rodrigues solicita também que se clarifiquem os objetivos da CNA e a capacidade de se reorganizarem algumas áreas do PRR. Refere que paralelamente ao PRR está em curso o PT2020 e outros mecanismos de apoio, sendo importante a articulação entre eles; sublinhando que o PRR deve ser complementar às outras políticas públicas.

Concorda com as 5 áreas apresentadas, mas a Comissão Permanente não pode ser derivada exclusivamente dessas comissões especializadas, referindo que haverá o perigo de acantonamento.

O Sr. Presidente da CNA diz que tem de se definir o ponto focal para as interações com a EMRP e a AD&C e evidencia que o papel da CNA passa por antever problemas e sensibilizar os decisores, não o de fazer escolhas, visto que esse compete aos decisores.

O Dr. João Vieira Lopes da CCP refere que o PRR não é muito claro, questionando se as regras são as mesmas em relação aos restantes Fundos Europeus.

O Dr. João Barreiros da CGTP refere que a redação do segundo artigo do regulamento pode induzir em erro. Em relação ao sétimo artigo sugere que se altere, de forma a possibilitar que possa ser outro representante a participar nas reuniões. Afirma ainda que o modelo de desenvolvimento económico tem de ser mais salário e mais qualificações.

O prof. Peças Lopes sugere que se deve operacionalizar os trabalhos da CNA, propondo:

- desmaterializar a informação, acedida pelos membros da CNA em portais de informação (informação agregada);
- realizar reuniões de preferência *online*;
- marcar reuniões com 1 ou 2 semanas de antecedência.



O prof. António Cunha, diz que o quarto artigo é ambivalente e que a Comissão territorial tem de ser tratada de forma diferente dada a sua transversalidade. O grau de liberdade da CNA está no território. Concorde com as cinco comissões, sendo que são 4 + 1, resiliência divide-se em 2 (resiliência e social) e a quinta tem de ser selecionada num momento diferente. Sugere que tem de haver um secretário que seja membro da própria CNA.

O Sr. Presidente da CNA dá por encerrada a reunião e refere que com base nos contributos irá rever o modelo de funcionamento e agendar nova reunião nas próximas semanas.

